



MINISTÉRIO DA FAZENDA

INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

BALANÇOS GERAIS DA UNIÃO

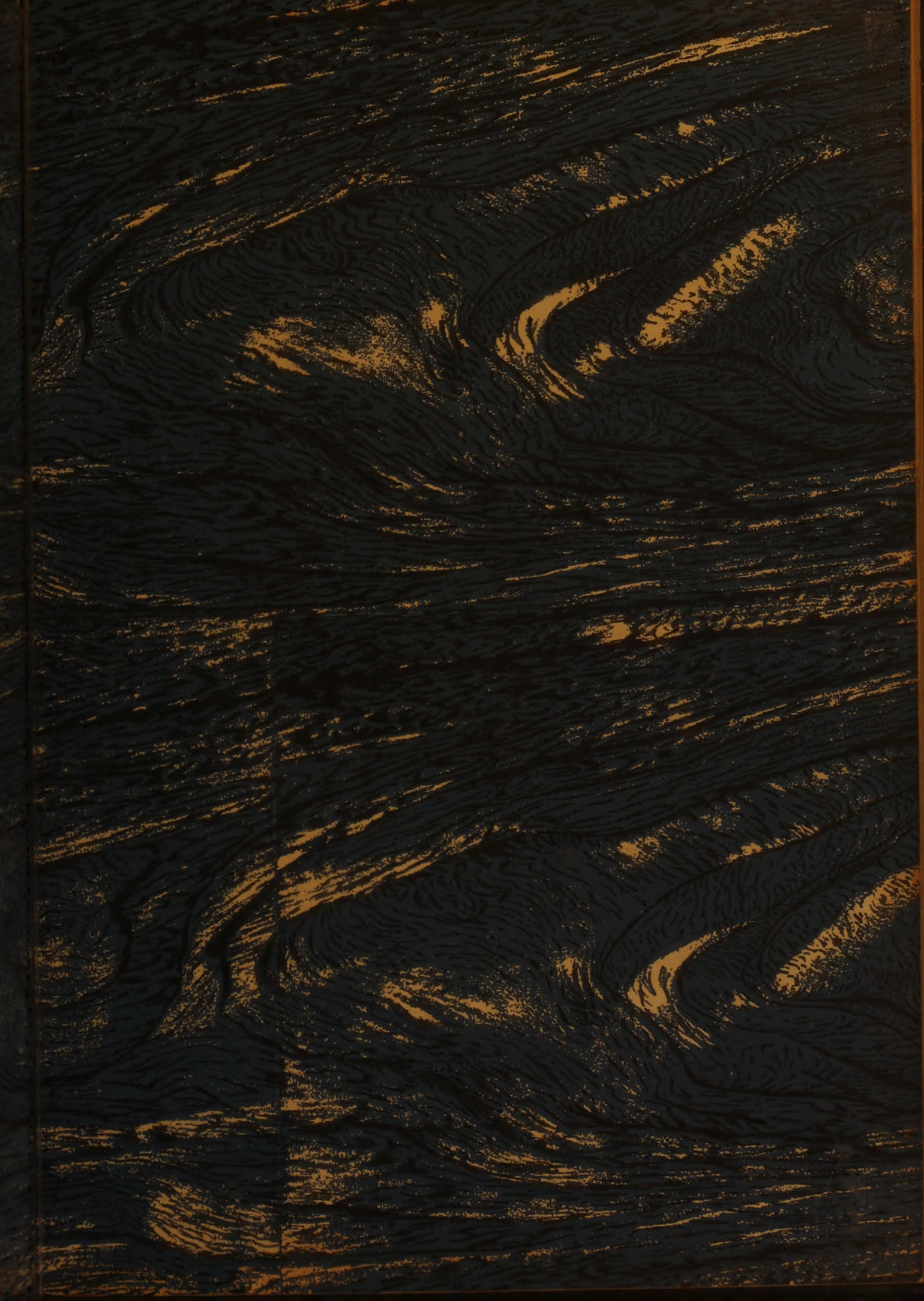
Exercício de 1971

RELATÓRIO

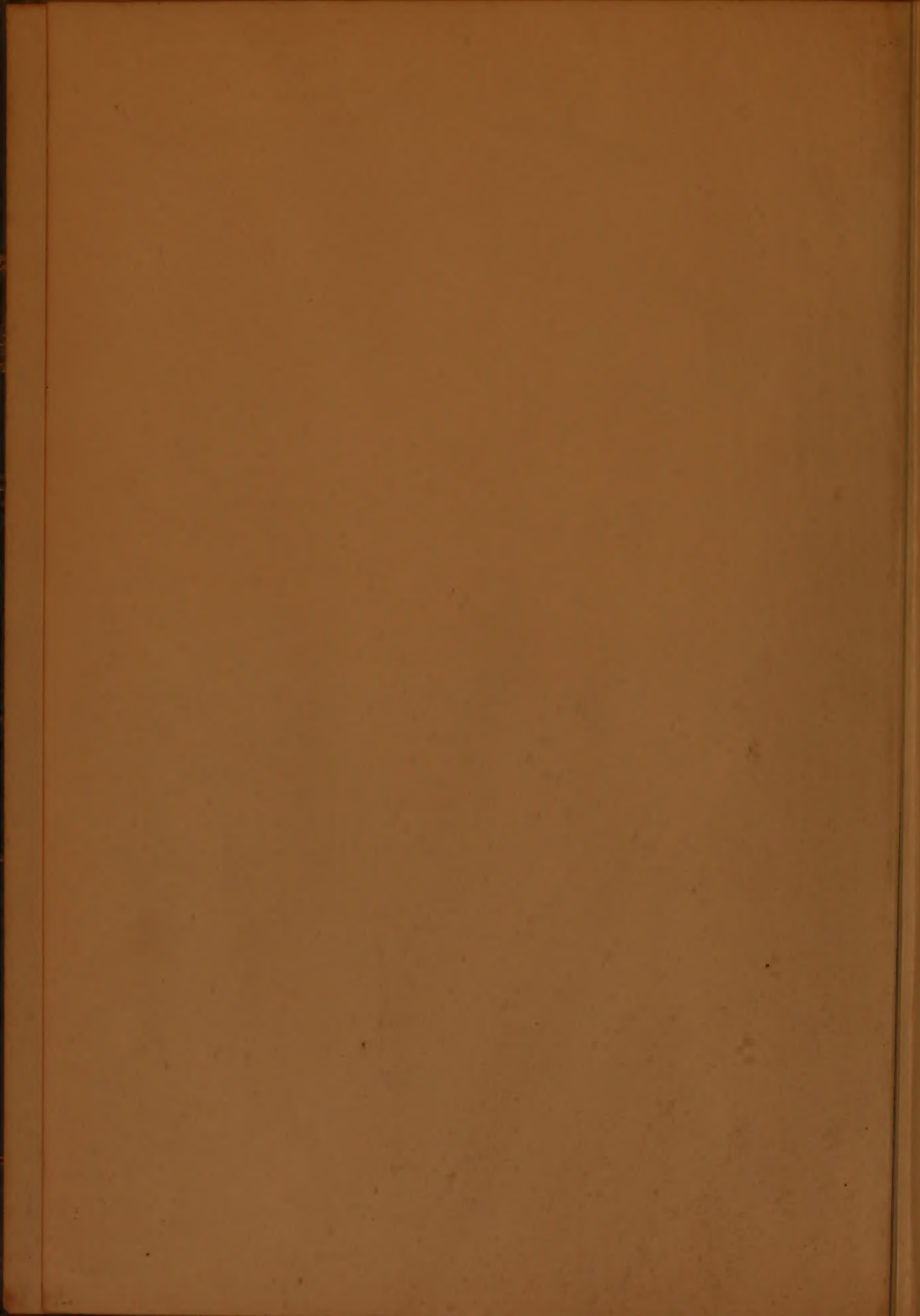
DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

APRESENTADO

AO EX.^{mo} SR. MINISTRO DA FAZENDA,
PROFESSOR ANTONIO DELFIM NETTO,
PELO INSPETOR-GERAL DE FINANÇAS,
FERNANDO DE OLIVEIRA



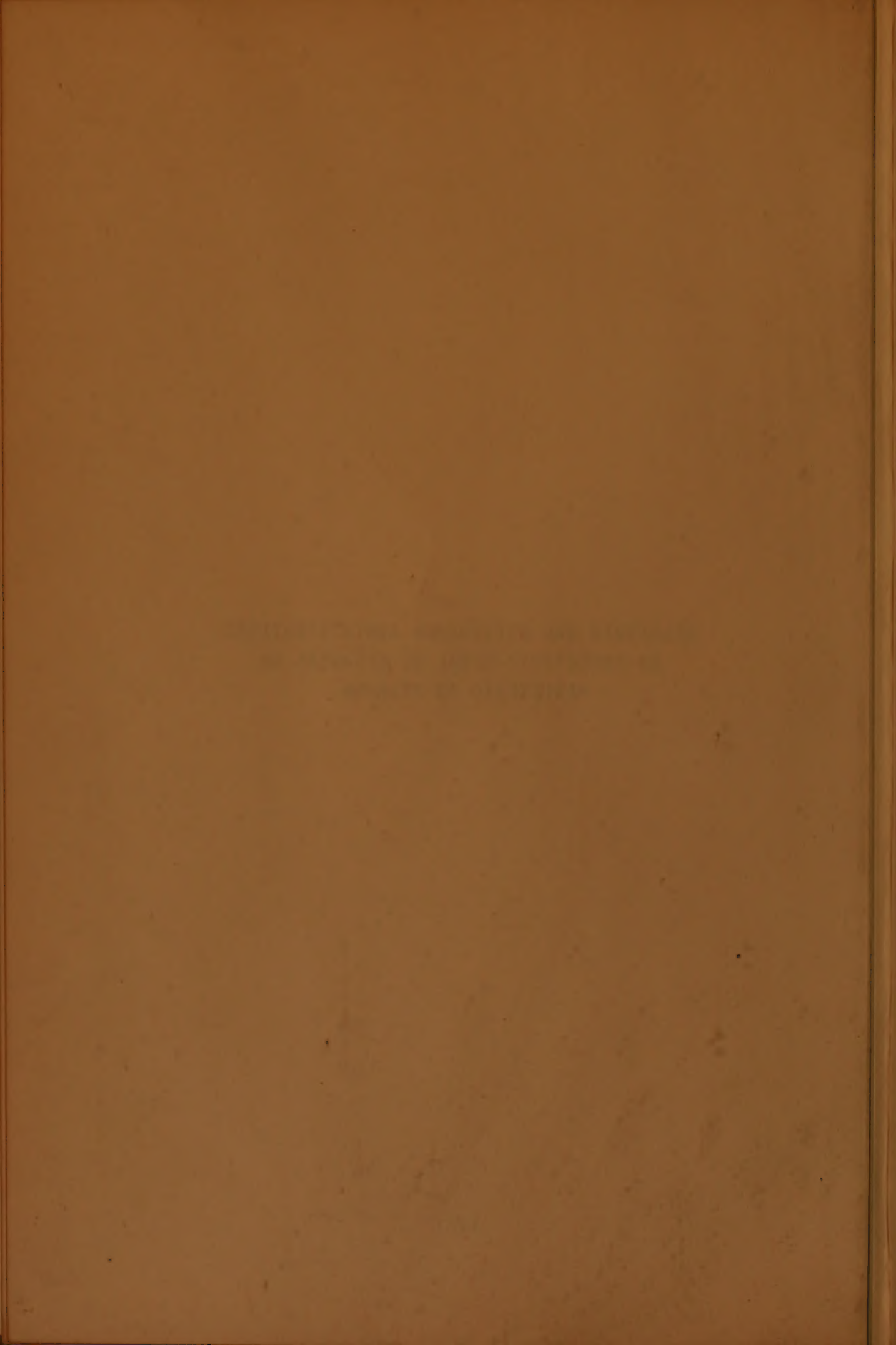
Registrar



RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
DA INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA

336.181
08232

1971



ÍNDICE

Páginas

APRESENTAÇÃO 3 a 5

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA:

Competência - Dispositivos Legais e Regulamentares - Ordens Expedidas 6 a 12

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Mecanização da Contabilidade. Auditoria - Administração Financeira - Contabilidade - Realização de Cursos e Seminários - Participação em Simpósio - Plano de Cargos e Salários - Operação-Transferência para Brasília - Boletim - Instalações. Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças-INGECOR: Legislação - Sessões Ordinárias - Convidados Especiais - Trabalhos Produzidos - Membros-Natos em 31 de dezembro - Considerações Finais 13 a 30

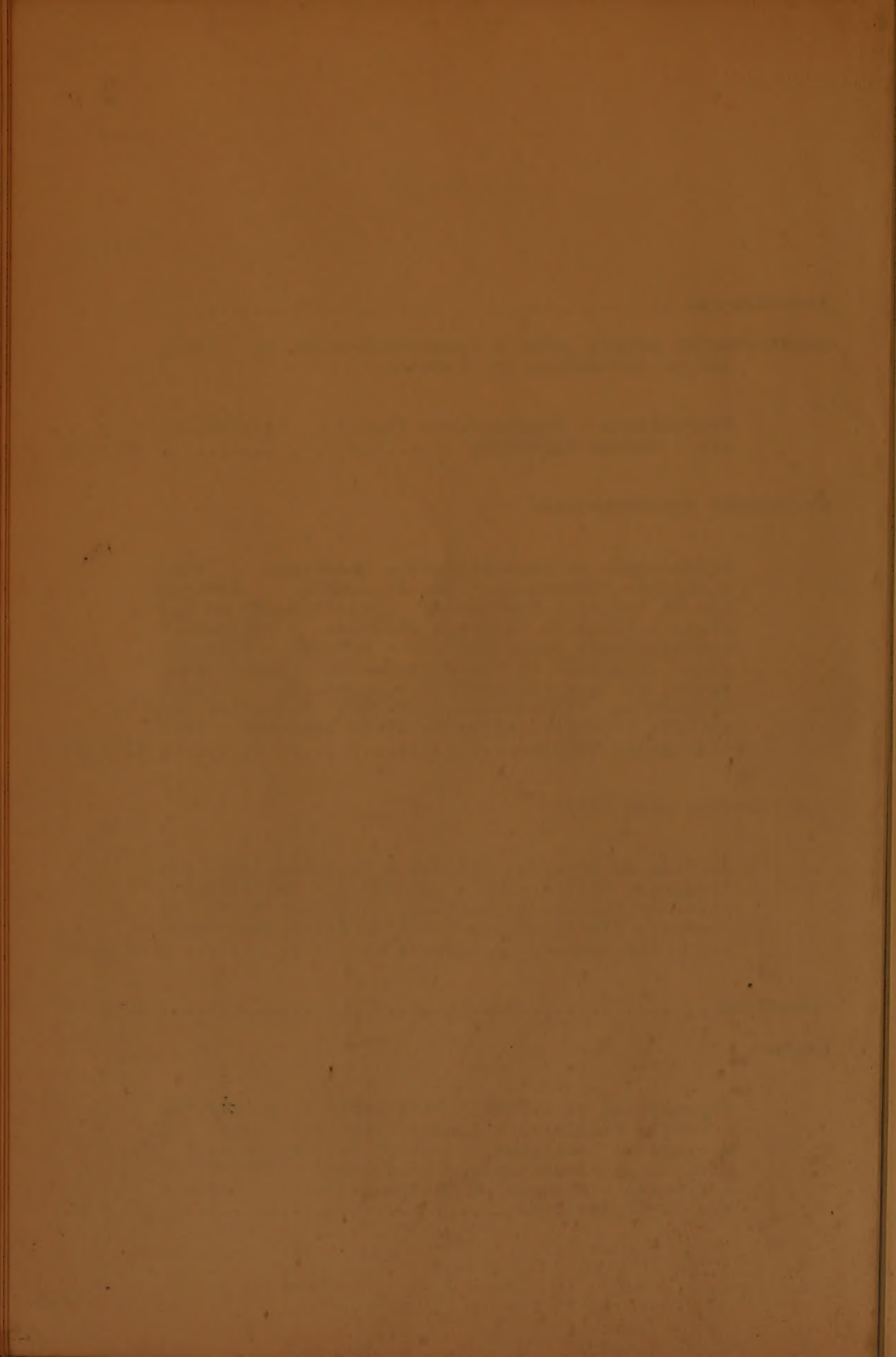
PERSPECTIVAS PARA 1972:

Sistema de Receita, Despesa e Contabilidade por Processos Eletrônicos - Auditoria - Implantação Total do Sistema Mecanizado, inclusive Plano de Contas - Transferência Total do Órgão para Brasília - Treinamento de Pessoal 31 a 35

CONCLUSÃO 36 a 42

ANEXOS:

Organograma da IGF-MF - Dirigentes e Assessores - ISFs e Titulares - Quadro Geral dos Cargos - Movimento de Processos - Serviço de Administração - Divisão de Administração Financeira - Divisão de Auditoria - Divisão de Contabilidade - Assessoria de Organização 43 a 61





Excelentíssimo Senhor Professor ANTONIO DELFIM NETTO
DD. Ministro de Estado da Fazenda

Na conformidade do disposto no item XX, do artigo 81, da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República "prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao ano anterior".

Cumpre-me - investido no cargo de Inspetor-Geral de Finanças desta Pasta - a honra de encaminhar a Vossa Excelência os Balanços-Gerais da União do exercício de 1971.

Acompanha as presentes contas completo relatório das atividades realizadas por este órgão, que, ano a ano, como Vossa Excelência poderá observar, progride paralelamente às desenvolvidas pelo Governo de nosso país.

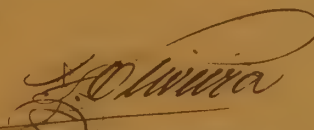
Ressalto, nesta oportunidade, o eficiente e excelente trabalho executado pelo quadro de funcionários desta Inspetoria-Geral, que, apesar de diminuto, levou a bom termo a composição destas peças.

8.



Permitindo-me agradecer o elevado estímulo e a ajuda da parte de Vossa Excelência, transmito-lhe, em nome da Inspetoria-Geral e no meu próprio, as expressões de minha alta consideração e profundo respeito.

15
5
72



Fernando de Oliveira
Inspetor-Geral de Finanças

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A
INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS
DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Competência

As atribuições de competência da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda foram basicamente fixadas nos artigos 1º e 2º, do Decreto nº 64.136, de 25 de fevereiro de 1969:

"Art. 1º. A Inspetoria-Geral de Finanças (IGF) do Ministério da Fazenda é o Órgão Central do sistema de administração financeira, contabilidade e auditoria, exercendo essas funções na forma prevista nos artigos 23 e 30 e seus parágrafos do Decreto-lei nº 200/67 e na regulamentação aplicável.

Parágrafo único. A IGF do Ministério da Fazenda exercerá cumulativamente no âmbito desse Ministério as funções de órgão setorial, na forma do artigo 23, § 2º, do Decreto-lei nº 200/67.

Art. 2º. A IGF do Ministério da Fazenda compete, como Órgão Central, a orientação normativa, a supervisão técnica e a fiscalização específica dos Órgãos Setoriais integrantes dos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria, cabendo-lhe nessa qualidade:

- I - elaborar e submeter ao Ministro de Estado as normas gerais de administração financeira, contabilidade e auditoria, que deverão ser aprovadas por decreto;
- II - submeter ao Ministro de Estado, para ulterior aprovação do Presidente da República, por decreto, o Plano de Contas a ser observado pelos órgãos da administração direta;
- III - opinar sobre os Planos de Contas dos órgãos da administração indireta, apresentados pelos Ministérios interessados, visando à sua homogeneização e à determinação dos custos operacionais, antes de serem os mesmos aprovados pela autoridade competente;
- IV - observar as normas gerais e os Planos de Contas a que se referem os incisos anteriores, expedir instruções que se fizerem necessárias ao seu bom atendimento e execução;
- V - executar a contabilidade geral da União;

VI - elaborar a prestação de contas que o Presidente da República deve apresentar ao Congresso Nacional, nos prazos regulamentares, consistindo nos balanços-gerais da União e no relatório sobre a execução do orçamento e a situação da administração financeira federal.

O Decreto nº 64.136, de 25 de fevereiro de 1969, que "aprova o Regimento Interno da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda", foi implementado pela Portaria Ministerial GB-69, de 28 de fevereiro de 1969 e complementado pelo Decreto nº 69.310, de 5 de outubro de 1971.

Dispositivos Legais e Regulamentares

A Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda tem amparo e desenvolvimento nos seguintes dispositivos legais e regulamentares emanados em 1971, acrescidos à legislação relatada em exercícios anteriores:

Decreto nº 68.071, de 15 de janeiro


Estabelece normas de execução orçamentária, disciplina a programação financeira do Tesouro Nacional no exercício financeiro de 1971 e dá outras providências.

Portaria Ministerial GB-185, de 28 de maio

Aprova o modelo de Ordem Bancária, para pagamento de despesa por fornecimentos, obras ou prestação de serviços, e disciplina sua utilização.

Portaria Interministerial nº 264, de 30 de julho

Normas disciplinadoras da solicitação de abertura de créditos suplementares e especiais.



Portaria Interministerial nº 265, de 30 de julho

Disciplina o pagamento de despesas relativas a compras, obras e serviços de pequeno vulto, previstas no art. 126, § 2º, alínea "i", do Decreto-lei nº 200/67.

Ordens Expedidas

Foram expedidas pela Inspetoria-Geral de Finanças, em 1971, as seguintes ordens relativas à legislação e regulamentos de ordem contábil e outros, na forma de suas atribuições:

Circular nº 1, de 11 de março

Despesa em moeda estrangeira - Contabilização do equivalente em cruzeiro.

Circular nº 2, de 9 de junho

Tomada de Contas - Complemento à Circular nº 1, de 29 de janeiro de 1970.

Circular nº 3, de 17 de agosto

Receita Vinculada - distribuição às entidades beneficiadas. Reserva Especial - Decreto-lei nº 1.147/71.

Circular nº 4, de 24 de agosto

Despesa Orçamentária - demonstrativos por unidades da Federação, programas e categorias econômicas.

Ofício-Circular nº 1, de 12 de janeiro

Contas Bancárias, Reabertura - Decreto nº 67.991, de 30 de dezembro de 1970. Regulamenta o art. 5º do Decreto-lei nº 836/69.

ff

Ofício-Circular nº 2, de 26 de janeiro

Mecanização. Plano de Instalação e equipamento.

Ofício-Circular nº 3, de 29 de janeiro

Execução Orçamentária. Programação financeira no exercício de 1971. Decreto nº 68.071, de 15 de janeiro.

Ofício-Circular nº 4, de 12 de fevereiro

Balancetes e Demonstrativos mensais - Atualização de modelos anexos à Circular nº 3/69 e ao Ofício-Circular nº 3/70.

Ofício-Circular nº 5, de 12 de maio

Simpósio BID/TCU/IGFs.

Ofício-Circular nº 6, de 27 de maio

Mecanização - Cronograma de Implantação.

Ofício-Circular nº 7, de 31 de maio

Comunicado.

Ofício-Circular nº 8, de 8 de junho

Comunicado às Unidades Orçamentárias e Administrativas do Ministério da Fazenda.

Ofício-Circular nº 9, de 8 de julho

Treinamento - Cursos de treinamento para chefia de órgãos locais da Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda.

Ofício-Circular nº 10, de 2 de agosto

Ordem Bancária - Transmite teor da Portaria Ministerial GB-185, de 28 de maio, que aprova modelo de Ordem Bancária e disciplina sua utilização.

Ofício-Circular nº 11, de 17 de setembro

Créditos - Suplementares e especiais. Normas sobre solicitações de abertura. Portaria Interministerial nº 264/71.

Ofício-Circular nº 12, de 22 de setembro

Transmite teor da Portaria Interministerial nº 265, de 30 de julho, que disciplina o pagamento de despesas de pequeno vulto.

Ofício-Circular nº 13, de 22 de setembro

Cargos e Salários - Esquema para o Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria

Ofício-Circular nº 14, de 18 de novembro

Baixas de Responsabilidades - Roteiro de Observação e Orientação.

Ofício-Circular nº 15, de 13 de dezembro

Exercício Financeiro de 1971 - Encerramento - Instruções transmitidas ao Banco do Brasil S.A.

Ofício-Circular nº 16, de 15 de dezembro

Mensagem - Natal de 1971.

Ordem de Serviço nº 1, de 11 de agosto

Trâmite de processos.

Portaria nº 33, de 1 de fevereiro

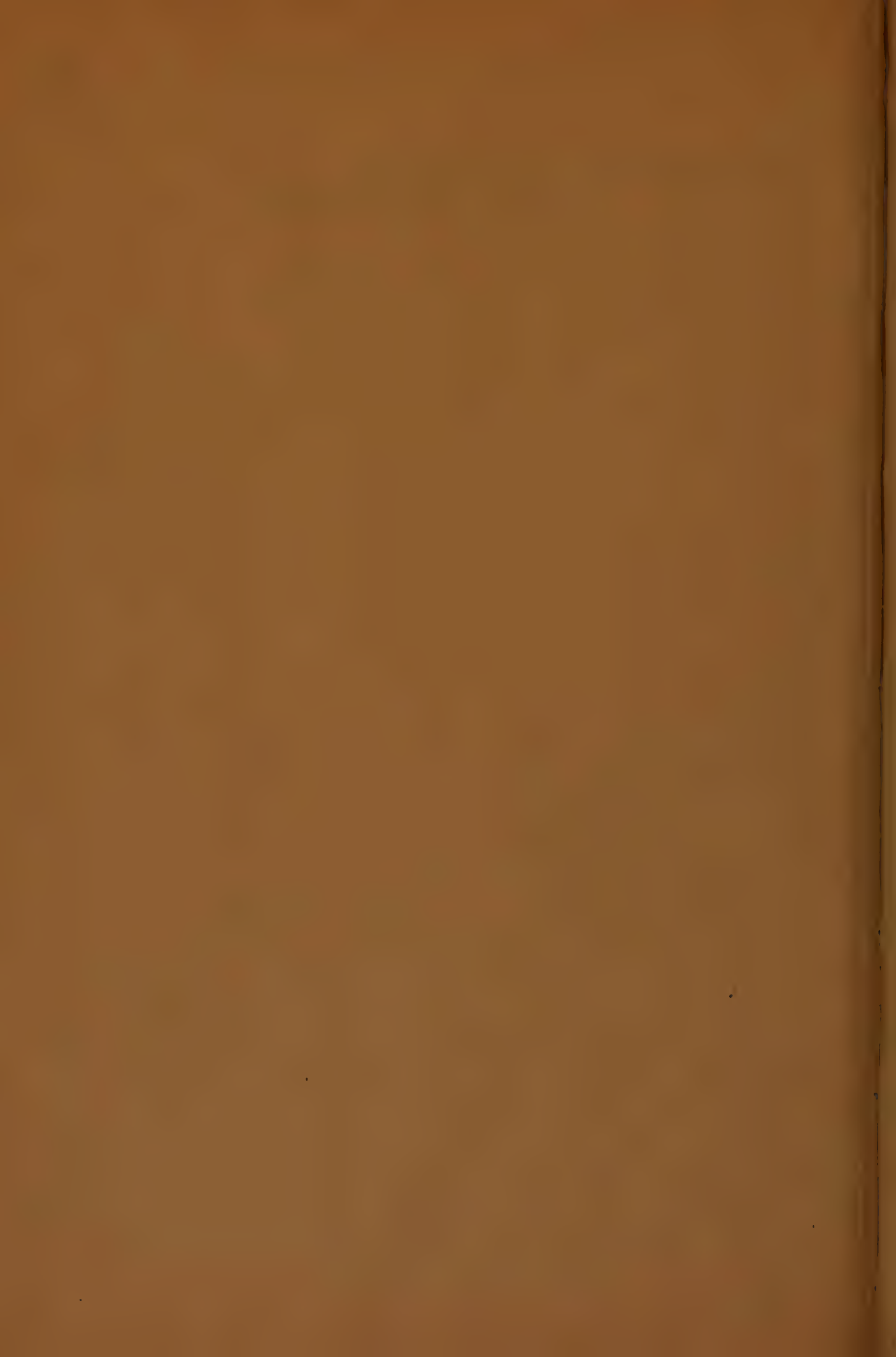
Instruções para inscrição em cadastro especial, previsto no art. 16 do Decreto nº 67.090, de 20 de agosto de 1970.

Portaria nº 176, de 18 de junho

Altera o número e tipo de exemplares, tratados na Portaria nº 121/70.

Portaria nº 253, de 24 de setembro

Modifica itens da Portaria nº 15, de 28 de janeiro de 1970.



Firmadas as normas para a execução orçamentária e disciplinada a programação financeira do Tesouro Nacional, através do Decreto nº 68.071, de 15 de janeiro, a Inspetoria-Geral de Finanças cumpriu, de sua parte, as atribuições que lhe foram cometidas, no exercício de 1971.

Mecanização da Contabilidade

Com o advento do Ofício-Circular nº 2, de 26 de janeiro, foram instalados os mini-computadores BURROUGHS L-2000 nas Inspetorias-Seccionais de Finanças nos Estados e no Órgão Central.

Assinalando o início do serviço mecanizado, teve lugar no Órgão Central, nos dias 27 e 28 de janeiro, o Seminário dos Inspetores-Seccionais de Finanças, onde se objetivou o esclarecimento visando à familiarização do novo Sistema.

Efetuuou-se, também no Órgão Central, o treinamento intensivo do pessoal, constante de cursos de operadores, assistentes de operação e supervisores, obtendo-se excelente índice de aproveitamento, não obstante a carência de pessoal.

Além dos treinamentos citados, foi realizado um curso especial para os Inspetores-Seccionais, onde se proporcionaram condições para a integração do Sistema. Com duração de três semanas, tal curso apresentou o seguinte currículo:

- Organização e Métodos
- Conceitos Básicos de Computadores
- Sistema Despesa - Teoria e Prática
- Sistema Receita - Teoria e Prática
- Liderança de Reuniões

Instalados os equipamentos nas Inspetorias-Seccio

nais de Finanças e concretizado o treinamento do pessoal, teve início a implantação dos Sistemas.

O Sistema Despesa foi feito, inicialmente, com as assessoramento técnico por parte do SERPRO, e, posteriormente, pe lo pessoal adestrado nos cursos de especialização realizados.

O Sistema Receita ficou a cargo dos funcionários da Inspetoria-Geral de Finanças, especialmente treinados e, quan do necessário, assistidos por técnicos da BURROUGHS.


O Assessoramento para o treinamento, implantação e execução dos Sistemas foi efetuado sob a direta orientação da Assessoria de Organização desta Inspetoria-Geral.

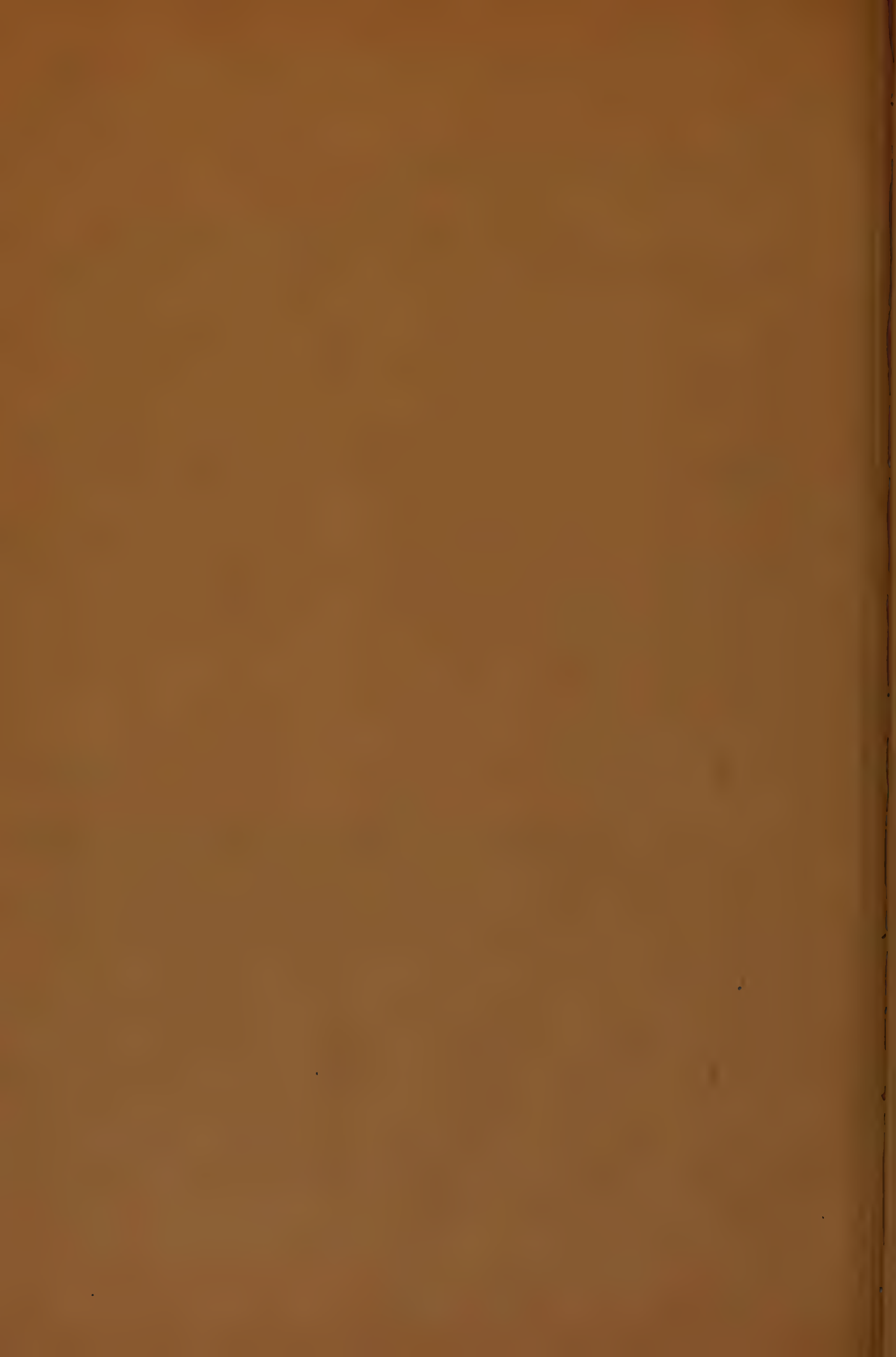
Foram tomadas, ainda por parte da Assessoria de Organização, as medidas complementares visando à manutenção e ao regular andamento dos trabalhos mecanizados, algumas de carã ter geral e outras especialmente dirigidas aos órgãos onde os problemas se manifestavam.

Auditoria

No plano de Auditoria, não obstante o insuficien te número de Auditores, foram processados os serviços atinentes à verificação das contas dos responsáveis de unidades adminis trativas ou entidades vinculadas a este Ministério, com a devi da expedição de Certificados dos exames realizados.

Destaque-se, ainda no campo da Auditoria, o con trole e registro das empresas privadas ou firmas de Auditoria no Cadastro Especial, previsto no art. 16 do Decreto nº 67.090, de 20 de agosto de 1970 e na forma das instruções contidas na Portaria nº 33, de 19 de fevereiro de 1971, desta Inspetoria-Geral de Finanças. A Seção de Controle e Registros da Divisão de Au ditoria, apresentou, no exercício de 1971, a seguinte estatísti ca:





ESTADOS	Nº de Firmas Registradas
São Paulo	21
Guanabara	15
Minas Gerais	3
Amazonas	1
Ceará	1
Pernambuco	1
Sergipe	1
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Sul	1
Goiás	1
TOTAL	46

Administração Financeira

No âmbito da Administração Financeira, a Inspetoria-Geral de Finanças participou ativamente de cursos de aperfeiçoamento, mencionados em tópico adiante, objetivando a uniformidade de critério na administração, movimentação e utilização dos créditos orçamentários e adicionais.

Colaborando com o grupo de trabalho instituído pela Comissão de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras-COCITEF, a Divisão de Administração Financeira desta Inspeção-Geral participou da elaboração de minuta que se constituiu na Portaria Interministerial nº 264, de 30 de julho de 1971, dos Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, que disciplinou a abertura dos créditos adicionais, suplementares e especiais.

Atendendo à solicitação do Tribunal de Contas da União, a Divisão de Administração Financeira, desta Inspeção-Geral, prestou esclarecimentos, em julho de 1971, sobre as Contas de 1970, que se encontravam em exame naquela Corte, fornecendo ao mesmo tempo a orientação imprescindível.

Foram mantidos constantes entendimentos com os responsáveis por serviços adstritos à Administração Financeira, quer no âmbito deste Ministério, quer no âmbito geral da União.

De pleno sucesso se revestiu a criação da Ordem Bancária, aprovada pela Portaria Ministerial GB-185, de 28 de maio de 1971, racionalizando os pagamentos de despesas por fornecimentos, obras ou prestação de serviços, nos termos do § 2º do artigo 74, do Decreto-lei nº 200/67, permitindo evidente melhoria na forma e sistema daqueles pagamentos.

Contabilidade

No terreno da Contabilidade, a Inspeção-Geral de Finanças coordenou e dirigiu a contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, com a análise geral dos dados obtidos e a efetivação de seus registros.

Ressalte-se, nesse mister, o entrosamento obtido com o Banco do Brasil S.A., através dos ofícios nºs. 894 e 895, de 9 de dezembro de 1971 e 4 de janeiro de 1972, respectivamente, contendo sugestões de normas que resultaram em favor dos trabalhos de encerramento das contas do exercício.

Realização de Cursos e Seminários

A Inspeção-Geral de Finanças promoveu, durante o ano de 1971, inúmeros cursos versando sobre administração fi



nanceira, contabilidade e auditoria, a seguir relacionados e que atingiram o êxito almejado:

- Curso Especial de Administração Financeira e Auditoria (MJNI-maio/julho).
- Curso de Elaboração de Orçamento e Administração Financeira (CETREMFA-outubro/novembro).
- Curso de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria (Guanabara-maio/junho).
- Curso Intensivo de Prática Orçamentária (Amazonas-maio/junho).
- Curso Intensivo de Administração Financeira (Paraná-maio/junho).
- Contabilidade Pública (Curso de Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública - Rio, 2º semestre de 1971).
- Contabilidade Pública (Curso de Administração Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo-SP, 2º semestre de 1971).

Participação em Simpósio

Com sua equipe técnica de Auditoria a Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda participou ativamente do "Simpósio sobre Auditoria Financeira e Operativa de Projetos do Desenvolvimento", altamente orientado pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento-BID, que se realizou em Brasília-DF, no período de 1 a 23 de setembro de 1971, no auditório do Tribunal de Contas da União, com participação, também, de Auditores das demais Inspetorias-Gerais de Finanças, representantes de áreas equivalentes, nos Ministérios Militares e, ainda, de técnicos dessa Colenda Côrte. Do mais alto nível se revestiu essa efeméride que contou, ainda, com a presença de dois representantes da República do Panamá.

Plano de Cargos e Salários

A valorização e dignificação da função pública, e do servidor, sua profissionalização e aperfeiçoamento, para melhor produtividade; o fortalecimento do Sistema do Mérito, para ingresso na função de direção e assessoramento, bem assim a retribuição baseada na classificação das funções a desempenhar, levando-se em conta o nível educacional exigido pelos deveres e responsabilidades do cargo; a experiência que o exercício deste requer, a satisfação de outros requisitos que se reputarem essenciais ao seu desempenho e às condições do mercado de trabalho, são princípios consagrados pela Reforma Administrativa, entre outros, a que se deverão ajustar as normas regulamentares relativas ao pessoal do Serviço Público Civil.

Foram tais diretrizes, recorde-se, estabelecidas na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, incumbindo-se das respectivas tarefas equipes de alto nível constituídas em cada Ministério ou Órgão.

Na qualidade de Órgão Central do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, responsável, por isto, por seu funcionamento eficiente e coordenado, esta Inspeção-Geral de Finanças não poderia ficar indiferente à solução desse problema, considerando, inclusive, que o Sistema de Pessoal é a base de todos os outros.

Nestas condições, foram estabelecidos contatos preliminares com o Departamento Administrativo do Pessoal Civil-DASP e o Escritório da Reforma Administrativa, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, do que resultou se firmar convênio de assistência técnica, a ser prestada pela Fundação Getúlio Vargas, com o objetivo fundamental de permitir a elaboração de um esquema de cargos e salários para o Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, que, de um lado, se integre no plano geral do Serviço Público; e, de outro, vise a atrair e manter pessoal técnico qualificado, estabelecendo-se condições que permitam aos Órgãos integrantes do Sis

tema competir no mercado de trabalho.

A Fundação Getúlio Vargas, que dispensa qualquer apresentação por sua notória idoneidade e larga experiência na solução de problemas administrativos, vem executando o projeto com pessoal da mais alta qualificação técnica e moral.

Em harmonia com o Departamento do Pessoal deste Ministério, integram a equipe constituída pela Fundação Getúlio Vargas dois reputados técnicos do referido Departamento.

A parte executiva dos trabalhos foi iniciada em setembro, com o treinamento intensivo sobre técnicas de Cargos e Salário aplicado a 4 funcionários desta Inspetoria-Geral de Finanças, a fim de que pudessem integrar a equipe de trabalho.

Até dezembro já haviam sido atingidas as seguintes etapas:

*Análise de estrutura
Análise de atribuições
Análise de lotação
Estrutura das classes
Descrição e especificação das classes
Avaliação das classes e
Estruturação das séries de classes*

Operação-Transferência para Brasília

Através do ofício IGFF-nº 14, de 7 de janeiro, foi levado ao conhecimento do Senhor Ministro o primeiro contingente de funcionários do núcleo central desta Inspetoria-Geral, com vistas à transferência para Brasília.

Houve por bem Sua Excelência, consoante Portaria GB-nº 48, de 21 de fevereiro - publicada no Diário Oficial de 6 de março - efetivar a transferência de 37 servidores, que se constituíam de parte do Gabinete, parte do Serviço de Administração, da Divisão de Auditoria e da Assessoria de Organização.

FF

A segunda e última etapa da transferência deste Órgão Central, na dependência da obtenção de moradias, está prevista para o segundo semestre do ano de 1972.

Coube à Inspetoria-Geral de Finanças, como local de trabalho na Capital Federal, o 8º pavimento do prédio do Ministério da Fazenda, por determinação pessoal do Excelentíssimo Senhor Ministro Delfim Netto, cujo Gabinete até então estivera ali abrigado. Instalações e lotação ideais para o perfeito funcionamento da repartição, de modo a que continuasse a prestar os serviços que lhe competem como Órgão Central e Órgão Setorial dos Sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, determinaram estudos por parte desta Casa.

Procurou-se distribuir o espaço que nos foi destinado, com base nas determinações contidas na Portaria GB-401, de 1967, do Senhor Ministro da Fazenda, a qual estipulou a taxa ideal de ocupação das áreas do Edifício da Fazenda destinadas ao perfeito desenvolvimento dos encargos das várias repartições, proporcionando-se-lhes adequadas instalações e condições de atendimento ao público, através de medidas racionalizadoras de economia de espaço e de integração uniforme, de forma a que oferecesse a melhor distribuição quanto aos órgãos que compõem a Inspetoria-Geral de Finanças.

Para esse fim, organizou-se projeto-estudo da área do 8º pavimento, que contém 1.750 m², assinalando-se o local das instalações das diversas dependências do Órgão Central, cujo trabalho foi submetido à Divisão de Obras, que o aperfeiçoou tecnicamente e procedeu à necessária licitação, ainda em dezembro de 1971, após os recursos orçamentários e financeiros transferidos por nós. As obras estão em pleno andamento e possivelmente ultimadas antes de julho de 1972.

Boletim

Sob a supervisão da Assessoria de Organização, o Boletim da Inspetoria-Geral de Finanças, órgão oficial de divulgação, mais uma vez teve papel relevante na propagação das matérias de interesse do mundo financeiro oficial, além de outras

colaborações, também de interesse das diferentes áreas do serviço público. Com tiragem de 2.500 exemplares, destinados a entidades públicas e privadas, foram, em 1971, impressas 5 edições, compreendendo os meses de: Janeiro/Fevereiro; Março/Abril; Maio/Junho; Julho/Agosto e Setembro/Outubro.

Instalações


Transcorreu em 31 de maio o retorno de repartições da Inspeção-Geral de Finanças ao antigo recinto, situado no 11º pavimento do Palácio da Fazenda, após reformas ali efetuadas, em consequência do incêndio grassado em outubro de 1970 e que destruiu totalmente as instalações do Gabinete do Inspector-Geral, da Assessoria de Organização e da Divisão de Auditoria, atingindo ainda as instalações do Tribunal de Contas da União (Delegação no Estado da Guanabara), no 12º andar, e o Gabinete do Ministro da Fazenda, no 10º andar.

Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças INGECOR

Afigura-se-nos oportuno deixar aqui o registro de que se faz merecedora a Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças-INGECOR, em virtude do alto sentido de sua presença no cenário da Administração Federal.

Legislação

Instituída pelo Decreto nº 64.777, de 3 de julho de 1969, e com Regimento Interno Implementado pela Portaria Ministerial nº GB-90, de 8 de abril de 1970, a INGEOR viu sua primeira modificação introduzida pelo Decreto nº 68.441, de 29



de março de 1971, que deu nova redação ao art. 1º do decreto anterior, de sorte a incluir como membros-natos, também, as autoridades dirigentes de órgãos equivalentes, nos Ministérios Militares, a Inspetoria-Geral de Finanças. O novo Regimento desta Coordenação foi expedido pela Portaria Ministerial nº GB-234, de 30 de junho de 1971. E em virtude dele é de 20 o número atual de membros-natos: os Inspetores-Gerais de Finanças dos Ministérios Cíveis, em número de 13 (treze); o Diretor de Intendência do Ministério da Marinha; o Diretor-Geral de Economia e Finanças do Ministério do Exército; o Inspetor-Geral da Aeronáutica; e, ainda, os quatro Diretores do Órgão Central (IGF-Fazenda), titulares da Assessoria de Organização e das Divisões: de Administração Financeira, de Contabilidade e de Auditoria. A Presidência da República tem assento às reuniões, na qualidade de convidada-permanente e por força do referido Decreto nº 68.441/71, circunstância que eleva para 21 o número total de participantes às reuniões.

Sessões Ordinárias

Doze reuniões ordinárias foram realizadas, nas seguintes datas e locais:

14 de janeiro

Sala de Sessões do Conselho de Política Aduaneira (Ministério da Fazenda-Rio)

11 de fevereiro

Sala de Sessões do Conselho de Política Aduaneira (Ministério da Fazenda-Rio).

23 de março

Sala de Sessões da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO)-Ministério do Interior-Brasília.

15 de abril

Auditório do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores-Brasília).

[Handwritten signature]

13 de maio

Sala de Sessões do Conselho de Política Aduaneira (Ministério da Fazenda-Rio)

17 de junho

Sala de Sessões da INGECOR (Ministério da Fazenda-Rio)

01 de julho

Sala de Sessões da INGECOR (Ministério da Fazenda-Rio)

12 de agosto

Sala de Sessões da INGECOR (Ministério da Fazenda-Rio)

16 de setembro

Sala de Sessões da INGECOR (Ministério da Fazenda-Rio)

19 de outubro

Auditório da Procuradoria-Geral do Distrito Federal - Ministério da Justiça (Brasília)

10 de novembro

Sala de Reuniões da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura (Brasília)

07 de dezembro

Sala de Sessões da INGECOR (Ministério da Fazenda-Rio)

Convidados Especiais

A INGECOR foi honrada com a presença de ilustres autoridades indicadas pelo plenário ou especialmente convidadas pela presidência, em harmonia com o Regimento Interno, e que proferiram palestra sobre assunto de sua especialidade.

O comparecimento delas se verificou nas seguintes datas, havendo sido abordados os temas indicados:

14 de janeiro

Cmte. NELSON DE ALMEIDA BRUM
 Diretor-Executivo da Casa da Moeda
 "As atividades da Casa da Moeda"

11 de fevereiro

Dr. JOÃO BAPTISTA ABREU DE OLIVEIRA
 Gabinete da Presidência do Banco do Brasil
 "Entendimento do Banco do Brasil sobre Ordem Bancária"

23 de março

Ministro JOSÉ COSTA CAVALCANTI
 Ministério do Interior
 "Atividades do Ministério do Interior"

13 de maio

Professor GLAUCO LESSA DE ABREU E SILVA
 Diretor-Geral do DASP
 "O DASP e a Reforma Administrativa"

17 de junho

Dr. CLAUDIONOR DE SOUZA LEMOS
 Ex-Contador Geral da República e atual Diretor
 da Light-Serviços de Eletricidade S.A.
 "Colaboração entre a Light e o Serviço Público"

16 de setembro

Dr. MOACYR ESBERARD CARDOSO
 Diretor-Geral do Departamento Federal de Compras
 "Classificação Orçamentária de Material de Consumo"

19 de outubro

Ministro ALFREDO BUZAID
 Ministério da Justiça
 "Finalidade do Ministério da Justiça - Política legislativa adotada pelo Brasil após a Revolução de 1964"

10 de novembro

Ministro JARBAS G. PASSARINHO
 Ministério da Educação e Cultura
 "Reforma Administrativa implantada no Ministério da Educação e Cultura. Sistema educacional sobre a nova orientação fixada através da Lei nº 5.692/71"

07 de dezembro

Engenheiro JOSÉ DION DE MELLO TELES
Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO
"Estágio atual do Sistema de Mecanização (L-2000) implantado na IGF-Fazenda e a conveniência de sua extensão aos demais órgãos setoriais"

Trabalhos produzidos

Foram os seguintes os trabalhos produzidos em plenário da INGECOR, durante 1971:

1. Projeto, que deu origem ao Decreto nº 68.441, de 29 de março de 1971, dando nova redação ao Decreto nº 64.777, de 3 de julho de 1969, a fim de permitir a inclusão, como membros-natos, dos titulares, nos Ministérios Militares, de órgãos equivalentes às Inspetorias-Gerais de Finanças dos Ministérios Cívís.
2. Projeto, que deu origem ao Decreto nº 68.686, de 27 de maio de 1971, dispondo sobre instituição de Ordem Bancária para pagamento de despesas por fornecimentos de material, execução de obras ou prestação de serviços.
3. Projeto, que deu origem à Portaria Ministerial nº GB-185, de 28 de junho de 1971, adotando o modelo de Ordem Bancária e regulamentando o Decreto nº 68.686/71, referido no item 2.
4. Projeto, que deu origem à Portaria Ministerial nº GB-234, de 30 de junho de 1971, expedindo o Regimento Interno da Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças (INGECOR), instituída pelo Decreto nº 64.777/71 e modificado pelo de nº 68.441, de 29 de março de 1971.
5. Projeto, que deu origem à Portaria Ministerial nº GB-265, de 30 de julho de 1971, disciplinando o pagamento de despesas de pequeno vulto.
6. Resolução nº 1, de 15 de abril de 1971, recomendando a adoção do modelo de Ordem Bancária - matéria que se transformou no Decreto número 68.686/71 e Portaria Ministerial GB-185/71.

7. Resolução nº 2, de 19 de outubro de 1971, recomendando às Inspetorias-Gerais de Finanças e órgãos equivalentes a entrega de balancetes mensais e correspondentes quadros demonstrativos, ao órgão central, dentro de cronograma fixado.
8. Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 1971, firmando entendimento sobre prestação e tomada-de-contas e as figuras de "responsável" "co-responsável" e "responsável subordinado".
9. Resolução nº 4, de 7 de dezembro de 1971, sugerindo aos Senhores Ministros da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral a criação de GT incumbido especialmente de reexaminar a Portaria Interministerial nº 5/68, inclusive os modelos nela descritos e o Decreto número 62.102, de 12 de janeiro de 1968, criando-se ainda nessa oportunidade os modelos de "anulação de repasse" e "anulação de sub-repasse".
10. Foram expedidos 17 ofícios-circulares.
11. Expediram-se, também, 8 ofícios.

Posição dos Membros-Natos em 31 de dezembro de 1971

A composição da INGECOR se expressava desta maneira (20 membros-natos):

IGF-Agricultura:

NORIVAL ONOFRE KWIATKOWSKI

IGF-Comunicações:

JORGE HELMO DOMINGUES SOARES

IGF-Educação e Cultura:

ROMULO SULZ GONSALVES

IGF-Fazenda:

FERNANDO DE OLIVEIRA

IGF-Indústria e do Comércio:

JOSÉ SÉRGIO DE ARAÚJO FLÁVIO MARLIÈRE

IGF-Interior:

BENEDICTO RUY GOIABEIRA CORRÊA

IGF-Justiça:

TELMO DE SOUZA

IGF-Minas e Energia:

AGENOR DELACIO

IGF-Planejamento e Coordenação Geral:

ZELY PINHEIRO DIAS PEREIRA

IGF-Relações Exteriores:

JÚLIO AGOSTINHO DE OLIVEIRA

IGF-Saúde:

WELLINGTON BRANDÃO JÚNIOR

IGF-Trabalho e Previdência Social:

ANTONIETA PALADINO LOBÃO DOS SANTOS

IGF-Transportes:

MILTON OSWALDO FETTER

IGF-Fazenda/Assessoria de Organização:

RAIMUNDO GERALDO AGUIAR PEREIRA

IGF-Fazenda/Divisão de Administração Financeira:

LUCY DE ANDRADE MORAES

IGF-Fazenda/Divisão de Contabilidade:

RAIMUNDO DE ASSIS ROCHA

IGF-Fazenda/Divisão de Auditoria:
MANOEL FRANCISCO CANCELLA

Ministério da Marinha/Diretoria de Intendência:
Contra-Almirante JORGE DE QUEIROZ COMBACAU

Ministério do Exército/Diretoria-Geral de Economia e Finanças:
General-de-Divisão EULER BENTES MONTEIRO

Ministério da Aeronáutica/Inspetoria-Geral:
Tenente-Brigadeiro-do-Ar
JOÃO FRANCISCO DE AZEVEDO MILANEZ FILHO

Considerações Finais

O Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências", não se limitou a dizer em seu artigo 30 que:

"serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central."

Foi mais longe ainda - e acertadamente - ao prever a possibilidade de que se criassem condições favoráveis ao harmônico desenvolvimento dos sistemas de atividades, por via do § 4º do mencionado artigo 30:

"Junto ao órgão central de cada sistema poderá funcionar uma Comissão de Coordenação, cujas atribuições e composição serão definidas em decreto."

Seria inócuo repetir o que ficou gravado no tópico "Legislação", o qual evidencia estar a Comissão de Coordenação


das Inspetorias-Gerais de Finanças (INGECOR) criada, regulamentada e em franco funcionamento, assim se cumprindo mais uma etapa da Reforma Administrativa.

Todavia, o que desejaríamos verdadeiramente assinalar são os excelentes resultados colhidos ao longo de nossa vida administrativa em comum, através da manifestação franca e poliforme de idéias, sugestões, críticas e contribuições de elevado teor. Mercê dos encontros mensais podemos todos nós, dos Ministérios Cíveis e Militares e, ainda, da Presidência da República, expor nossos diferentes ângulos de visão sobre variados problemas, vê-los submetidos a discussão e, afinal, respeitar o resultado da votação, pondo em prática padrões uniformes de trabalho.

A contribuição da INGECOR, exposta no título "Trabalhos Produzidos", está a demonstrar que o diálogo franco e objetivo cria inequívocas manifestações de entendimento entre todas as autoridades responsáveis pelo sistema de administração financeira, contabilidade e auditoria, sem deixar de atender, como se faz necessário, às peculiaridades dos diferentes órgãos.

É essa, em nossa opinião, a primordial virtude de nossa INGECOR, que aproxima pessoas e idéias e as torna sensíveis ao trabalho em conjunto - indubitavelmente melhor.

Deixa a presidência aqui registrado o fraternal reconhecimento a todos os dignos membros-natos, pela valiosa contribuição que vêm oferecendo ao órgão que, aparentando ser nossa segunda Casa de trabalho, na verdade não deixa de ser a primeira, porque nela se reúne a grande família da Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças, sem qualquer recompensa financeira ou gratificação de presença, fato que ainda mais realça a espontaneidade do trabalho impessoal de todos nós.



Sistema de Receita, Despesa e Contabilidade
por Processos Eletrônicos

Com o equipamento eletrônico já implantado nos Estados (exceto Acre), em Brasília e no Órgão Central, foram tomadas medidas para completa integração dos trabalhos. Com vistas ao aperfeiçoamento dos processos de mecanização, buscando atingir o Sistema Contábil, serão programados os seguintes aditivos: Sistema Despesa - "Folhas de Instruções Provisórias", com o objetivo de responder a consultas sobre o surgimento de problemas na execução dos programas; recomendações diversas, através de memorando e circulares; reformulação do Manual de Sistema; revisão de programas, no que couber; assistência direta da parte do Órgão Central. Sistema Receita - revisão e alterações dos programas, no que couber; organização de Manual; expedição de "Folhas de Instruções Provisória" para solução de problemas surgidos.

Integração do Sistema por processo eletrônico, abrangendo os campos comuns de trabalho - Receita, Despesa e Plano de Contas - está sendo planejada com as Inspetorias-Gerais de Finanças dos demais Ministérios. Em dezembro, o Sr. Diretor-Presidente do Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO, acompanhado de sua equipe técnica, fez explanação a diversos titulares de Inspetorias-Gerais de Finanças sobre os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos por aquela empresa pública junto à Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, com a utilização dos mini-computadores. Diante do interesse demonstrado por aqueles titulares, será realizada pelo SERPRO nova e oportuna demonstração, mais ampla, visando à integração dos Órgãos Setoriais ao Sistema mecanizado, na parte relativa à Receita, Despesa e Contabilidade, a fim de possibilitar um mecanismo - mais eficiente de informações - que oferecerá inclusive preciosos dados aos próprios ordenadores de despesas e administradores em geral, os quais terão ensejo de acompanhar o comportamento de sua gestão - além de possibili-

F

tar o levantamento de balancetes e demonstrações contábeis em prazos mais curtos, assim garantindo, decorrentemente, maior velocidade aos Balanços-Gerais da União.

Auditoria

Promover-se-á em 1972 a elaboração de instruções normativas com respeito à padronização e número de peças mínimas e essenciais ao processo de tomada de contas, em cumprimento à Resolução nº 3, de 1971, da Comissão de Coordenação das Inspetorias-Gerais de Finanças-INGECOR.


Encontros de Diretores das Divisões de Auditorias das Inspetorias-Gerais de Finanças dos Ministérios Cíveis e Órgãos equivalentes das Pastas Militares serão efetuados, objetivando orientação uniforme na execução dos trabalhos.

Estudos, entre outros, da organização e remessa de relação de "responsáveis", serão efetuados com vistas, também, à necessária integração de propósitos.

Implantação total do Sistema Mecanizado, inclusive Plano de Contas

A implantação total dos Sistemas Despesa e Receita, através de equipamento eletrônico, se dará no decorrer do exercício de 1972, à vista das providências finais já elaboradas pela Assessoria de Organização, que vem desenvolvendo de forma progressiva esse programa, em estreito contato com o Serviço Federal de Processamento de Dados-SERPRO.

O Sistema do Plano de Contas, paralelamente, atingirá sua total elaboração também no ano de 1972. Os trabalhos



vêm sendo desenvolvidos por um Analista do SERPRO e especialistas de nossa Assessoria de Organização, que já efetuou o levantamento visando à sua mecanização. Tudo vem sendo feito com o objetivo de propiciar sejam os próximos Balanços-Gerais da União levantados integralmente pelos mini-computadores já instalados.


Transferência total do Órgão para Brasília

É estimada para o início do segundo semestre do ano de 1972 a última etapa de transferência para Brasília, dos núcleos constituídos pela Divisão de Administração Financeira, Divisão de Contabilidade e parte final do Serviço de Administração e do Gabinete do Inspetor-Geral. Estão sendo selecionados os funcionários que comporão a nova equipe de mudança desses núcleos. Essa transferência final, ressalte-se, condiciona-se à entrega de moradias, por parte da Equipe de Recursos Humanos e Obras de Brasília-SRF, representante deste Ministério junto ao Grupo Executivo da Complementação de Mudança de Órgãos da Administração Federal para Brasília-GEMUD.

Treinamento de Pessoal

Nossos projetos para o ano de 1972 alcançam cursos de atualização sobre administração financeira, contabilidade e auditoria, em entidades públicas. Tais cursos serão realizados sob a supervisão do Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Pessoal do Ministério da Fazenda-CETREMFA.

Para melhor aproveitamento e racionalidade, considera-se a conveniência de que os referidos cursos sejam levados a efeito sob projeções, iniciando-se com o de Princípios



de Administração Financeira em Entidades Públicas, em cujo cur
rículo se incluirão os de Processo de Comunicação Humana, Por-
tuguês e Redação Oficial. Este curso poderá ser aberto, inclu-
sive, a funcionários das demais Unidades Administrativas deste
Ministério.

A segunda fase compreenderá o curso de Técnica
de Contabilidade Pública, tendo como complemento os de Organi-
zação e Métodos e Técnica de Computadores.

A terceira e última fase será constituída de
Princípios de Auditoria de Finanças Públicas, completando-se
com Processo Decisório e Liderança de Reuniões, em que serão
matriculados os candidatos aprovados no curso mencionado no
item precedente.

Será proposta, ainda, ao CETREMFA, em sua progra-
mação para 1972, a inclusão de um curso de alto nível sobre Au-
ditoria.

Quanto aos cursos programados, as aulas das maté-
rias específicas das atividades desta Inspeção-Geral de Fi-
nanças ficarão a cargo de funcionários que serão selecionados
após o curso de Técnica de Ensino a que se submeterão.

Das diretrizes aqui delineadas surtirão benefí-
cios em favor dos métodos de trabalho, permanentemente atuali-
zados. Constituem-se na seqüência dos programas traçados des-
de 1970, e que, por certo, acreditamos, continuarão no futuro,
proporcionando maiores e melhores técnicas no conjunto dos sis-
temas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria da
União, definidos legalmente como órgãos de controle interno do
Poder Executivo.

F.

Vimo-nos preparando, desde 1967, para cumprir a mensagem imposta pela legislação da Reforma Administrativa (Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967), que desejou, não mais uma Contadoria Geral da República, respeitável a seu tempo e atuante no campo da contabilidade, centralizando hierárquica e normativamente tais serviços no âmbito da União, porém, uma Inspeção-Geral de Finanças em cada Ministério Civil, descentralizada e somente sob vinculação normativa à da Fazenda.

De nossa parte, na qualidade de órgão setorial e ao mesmo tempo central do triplice sistema de atividades de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, nada mais nos tem empolgado senão o desafio inicial de instalar, pondo-a em base firme, nossa Inspeção-Geral de Finanças (da qual, recorde-se, somos o segundo titular, posto que o primeiro a merecer a investidura foi o Dr. Hêlio Magalhães Escobar, hoje digno Delegado do Tesouro Brasileiro no Exterior-New York) começando pela modificação e adaptação do espaço físico então disponível pela Contadoria Geral da República.

Prosseguimos estudando o novo órgão federal à luz das responsabilidades que se lhe cometiam, de sorte a dotá-lo de estrutura e funcionalidade adequadas. Nossa missão se ateve aí à propositura de um Regimento Interno, a par do Regulamento das demais Inspeções-Gerais de Finanças, simultaneamente editado. Atendemos à recomendação que nos fazia o art. 69 da Reforma, dotando a Casa de um Plano-de-Contas para a Contabilidade.

S.

de dos Órgãos da Administração Direta e, ainda, das normas gerais de Auditoria do Serviço Público Federal.

Em harmonia com a natural seqüência, vimos implementados vários grupos de trabalho, sob o patrocínio da Comissão de Coordenação e Implementação de Técnicas Financeiras-COCITEF e junto aos quais invariavelmente se mantiveram nossos técnicos, visando à fiel associação dos interesses de fiscalizados res e fiscalizandos.

Identificamos, desde o início, os instrumentos de ação que melhor se adaptassem à realidade das conquistas da moderna e ágil administração, que coloca os dirigentes frente a frente a um mercado desafiador e cada vez mais rico de tecnologia. Cabe a cada moderno dirigente optar pelos meios que a metodologia atual oferece, respeitados os padrões compatíveis com as peculiaridades de cada organismo.

Nossas equipes aceitaram, conosco, o desafio. Mais em função do insubmisso respeito que nelas sempre observamos e menos pelas supostas qualidades de liderança, que gostaríamos de possuir - a secundar, como idealmente se faria necessário, os atos praticados pela superior direção da Casa, - puderam os servidores da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda e, por associação voluntária, os funcionários de nossas entidades co-irmãs, reunidas sob o teto da INGECOR, exercitar o sadio e permanente trabalho de edificar uma Obra, hoje sem dúvida respeitável. E que se impõe graças à precisa definição de seus objetivos, precedidos de sereno estudo, pela firmeza com que os cumpre e, muito mais, pela certeza de não frustrar os elevados sentimentos do Governo Federal em relação à família brasileira, que dia a dia deposita novas provas de confiança naqueles que lhes dirigem os destinos.

Novos métodos de trabalho, mais simples e menos burocráticos, substituem os do passado, infelizmente não muito longínquo.

A utilização de créditos orçamentários e adição



nais, foi, por exemplo, racionalizada, sob atuante sistema do empenho da despesa. Figuras como a "Nota de Provisão" e "Empenho de Despesas de Pessoal", desconhecidas até o advento do Decreto nº 64.752/69, possibilitaram ao administrador, vale dizer, ao ordenador de despesas e, ainda, aos órgãos de controle interno, o melhor conhecimento da realidade da execução orçamentária, cujos créditos passaram a ser descentralizados, de forma simples e objetiva. As modalidades de "Empenho-Ordinário", "Empenho-Global" e "Empenho-Estimativa" constituíram, a seu turno, poderoso instrumento de auto-controle, colocado a serviço mais dos titulares de Unidades Orçamentárias e menos dos órgãos definidos como de "controle". A flexibilidade conferida aos órgãos pagadores, no tocante aos instrumentos financeiros, eliminou os entraves da centralização. Criaram-se, a par das cotas, os repasses e os sub-repasses; deu-se ênfase especial ao suprimento de fundos e às despesas de pequeno vulto.

Estamos às vésperas da implantação definitiva do processo de mecanização de nossa contabilidade, por sistema eletrônico. Os mini-computadores estão instalados, encontram-se em fase de teste os programas delineados. E tudo leva a crer possa a Inspeção-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda apresentar os Balanços-Gerais da União, correspondentes ao exercício financeiro de 1972, através da mecanização. Será uma nova era na vida desta Casa, um marco que assinalará a vitória de um punhado de idealistas, dotados de mentalidade renovadora e arejada.

Permita-se-nos lembrar, como o fazemos ao longo de nossa jornada de cinco anos, que somos mais uma vez gratos ao Senhor Ministro ANTONIO DELFIM NETTO pelo conforto de sua compreensão. É sempre agradável percebermos nossos atos e esforços estimulados por nossos superiores. E a Inspeção-Geral de Finanças tem recebido, sem sombra de dúvida, todo o incentivo para vencer, com redobrado entusiasmo, as naturais dificuldades colocadas à passagem de quem deve e quer caminhar. O trabalho reconhecido se torna valorizado e infunde no ânimo das criaturas




a saudável renovação de outras empreitadas.

Somos por igual agradecidos a quantos, por qual quer forma, têm colaborado conosco, sejam as Autoridades de ou tros Ministérios e Órgãos, sejam aquelas do Ministério da Fazen da, especificamente.

Fique ainda o registro de nosso respeito e grati dão aos dignos integrantes da Comissão de Coordenação das Inspe torias-Gerais de Finanças-INGECOR, pela inteira estima que devo tam à causa comum, contribuindo com sugestões, espírito público, idêias e experiência em favor dos estudos a cargo da INGECOR. Gostaríamos de que nossos ilustres companheiros, civis e milita res, continuassem a tarefa aparentemente a cargo da presidência, mas na essência o produto do esforço de cada um, porque, em ver dade, o plenário é simplesmente o repositório último das contri buições de todos nós. A Comissão de Coordenação das Inspeto rias-Gerais de Finanças-INGECOR, fruto pioneiro da Reforma Admi nistrativa, é também o organismo atuante, pontual e realizador, cujos benefícios à Administração se traduzem em larga soma de trabalho.

Nosso derradeiro agradecimento é endereçado aos funcionários da Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda. Seu trabalho é aparentemente silencioso, sem a preocu pação da ressonância externa, como convém à índole dos técnicos. Aqui se trabalha para a Casa, sem apertar botões anunciadores de nossa presença. Respeitamos as atribuições de outros ór gãos. Colocamo-nos, em suma, rigorosamente nos limites de nos sa competência. Integrantes de uma só equipe de trabalho, na qual se confundem contabilistas e funcionários administrativos de outras carreiras, necessários ao apoio, todos nós encontra mos na satisfação íntima a recompensa pelo quinhão que nos cabe dar.

Costuma o Dr. Telmo de Souza, Inspetor-Geral de Finanças do Ministério da Justiça, afirmar que, no panorama da Reforma Administrativa, o mais importante dos sistemas de ativi



dades é o de Pessoal, porque dele depende a eficiência dos de mais. Sem dúvida, o é. Seja na empresa privada, seja no serviço público, em qualquer nível, o produto final será o espelho da mão-de-obra que o elaborou.

Vem a propósito mencionar o esquema de cargos e salários para os sistemas de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, entregue ao estudo da respeitável Fundação Getúlio Vargas e objeto de Convênio celebrado, de um lado, entre os Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda e, de outro lado, aquela Fundação. Tal estudo, eminentemente técnico, e a esta altura já em fase de conclusão e encaminhamento, virá possibilitar, cremos, dentro de pouco tempo, uma nova era de recrutamento de profissionais e a adjudicação de condignos níveis retributórios. Dentro do imutável processo de renovação dos quadros administrativos, inclusive seus dirigentes, faz-se necessário assegurar o equilíbrio entre a profissionalização e o regime de competição no mercado salarial, a fim de que o setor público possa dispor, em seu exclusivo benefício, da eficiência observada na empresa particular. Essa harmonia é por nós sinceramente desejada em favor dos funcionários que prestam sua colaboração aos sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria, cujo órgão central se localiza na Pasta da Fazenda.

E atribuído a Confúcio, célebre filósofo chinês, o seguinte pensamento:

"A experiência é uma luz colocada em nossas costas e que ilumina apenas o caminho percorrido."

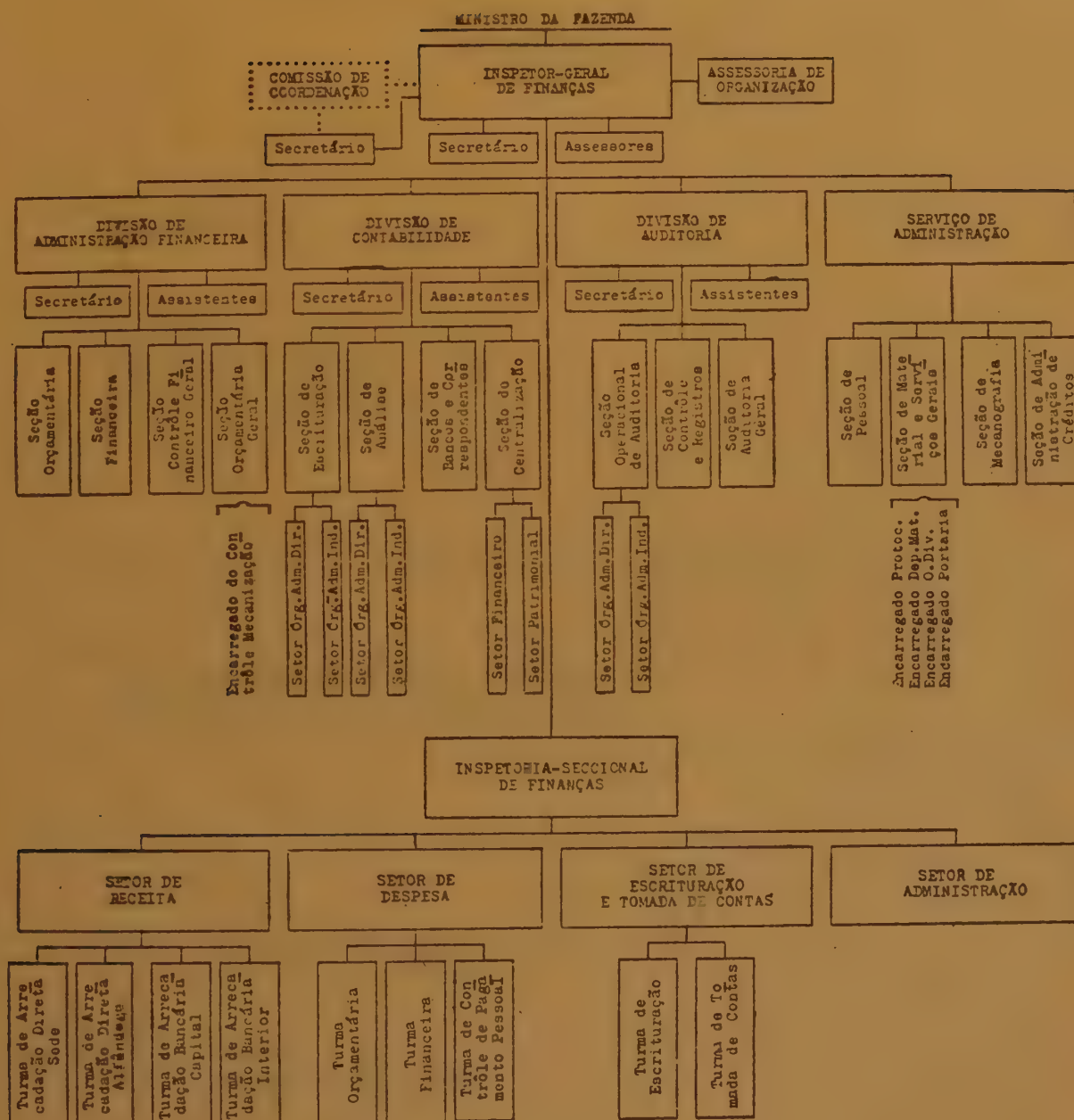
As realizações de todos nós, somadas, terão sem dúvida projetada razoável claridade na estrada que vimos percorrendo. E isso é bom, pela segurança garantida àqueles que nos seguem. Se é verdade que a experiência consolida somente o passado, faz-se necessário continuar caminhando estrada adiante,

com firmeza, rumo ao futuro, para que novos trechos fiquem iluminados. Caberã ao grupo vanguardeiro, como sempre, desbravar o caminho, perceber-lhe as dificuldades, adivinhar-lhe o traço do e criar, enfim, condições para que a Inspetoria-Geral de Finanças possa ir tranquilamente levando a cabo sua Obra, a qual desejaríamos totalmente iluminada - e não apenas em relação à retaguarda. Que cada um de nós use, para tanto, as luzes do ideal de bem servir.



Fernando de Oliveira
Inspetor-Geral de Finanças

ORGANOGRAMA



Anexo IIDirigentes e Assessores da IGF
Posição em 31 de dezembro de 1971

FERNANDO DE OLIVEIRA
Inspetor-Geral de Finanças

Secretário

HOMERO JOSÉ LOBO JUNIOR

Assessores

JONIL RODRIGUES LOUREIRO
SALEH AMED RAZUCK
MOACIR DE SOUZA BRAUNA

*Assessoria de Organização**Diretor*

RAIMUNDO GERALDO AGUIAR PEREIRA
(Substituto do Inspetor-Geral)

*Diretores de Divisão**Administração Financeira*

LUCY DE ANDRADE MORAES

Contabilidade

RAIMUNDO DE ASSIS ROCHA

Auditoria

MANOEL FRANCISCO CANCELLA

*Chefe de Serviço**Administração*

ALVARO GONÇALVES CERQUEIRA



INSPETORIAS-SECCIONAIS DE FINANÇAS, SUBORDINADAS À IGFF,
NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E EXTERIOR - POSIÇÃO EM

31 DE DEZEMBRO DE 1971

<u>Unidades Federativas</u>	<u>Titulares</u>
Alagoas	MARIO DE MELO BARBOSA
Amazonas	ALBERTO GIÓIA
Bahia	ADOLPHO MIGUEL VIEIRA
Brasília (DF)	JOAQUIM GONÇALO DE ALMEIDA
Ceará	LUIZ ALVES MONTEIRO
Espírito Santo	MARIA DO CARMO CUNHA DE ALBUQUERQUE
Goiás	WALDYR DIVINO PORTO LIMA
Guanabara	ALVARO TEIXEIRA MAIA
Maranhão	ADNEY MARQUES MACIEL
Mato Grosso	DARCY AVELINO DA SILVA GOMES
Minas Gerais	VOELTA LÉO
Pará	WILSON FERNANDES FARIAS
Paraíba	LAURINDO CAVALCANTI DE ARAÚJO
Paraná	DARCY MADALOSSO
Pernambuco	JOSÉ ELOY CARNEIRO LEÃO
Piauí	FRANCISCO RAMALHO DE CARVALHO
Rio Grande do Norte	JOSÉ NEWTON SIMINEA
Rio Grande do Sul	ESCLARENA BAZAN BUENO ARAÚJO
Rio de Janeiro	PEDRO IZAIAS DE LIMA JUNIOR
Santa Catarina	DONATILIO SILVA
São Paulo	AUSTECLINIO DE ALBUQUERQUE CAMPELO
Sergipe	RENATO FRANÇA PEREIRA
New York (Contadoria- Seccional)	ANTONIO AUGUSTO GASPAR



Quadro Geral dos cargos distribuídos à Inspetoria-Geral de Finanças

Posição em 31 de dezembro de 1971

C A R G O	SEDE	Delegação da Guanabara	Delega- ções dos Estados	Brasília DF	TOTAL
Contador	114	44	296	6	460
Economista	1	-	-	-	1
Técnico de Administração	1	-	-	-	1
Técnico de Economia e Finanças	-	1	4	1	6
Técnico de Artes Gráficas	1	-	-	-	1
Técnico de Contabilidade	47	14	144	3	208
Oficial de Administração	7	4	2	-	13
Escriturário	6	4	5	2	17
Escrevente-Datilógrafo	-	1	2	-	3
Datilógrafo	2	-	-	-	2
Técnico de Mecanização	1	1	-	-	2
Técnico Auxiliar de Mecanização	57	13	40	6	116
Motorista	3	-	-	-	3
Mecânico de Motora Combustão	3	-	-	-	3
Chefe de Portaria	1	-	1	-	2
Porteiro	4	-	-	-	5
Auxiliar de Portaria	26	1	-	-	27
Servente	20	5	43	1	75
Trabalhador	-	2	17	2	41
Arquivista	1	-	1	1	3
Armazenista	1	-	-	-	1
Redator	2	-	-	-	2
Almoxarife	1	-	-	-	1
Auxiliar de Dactiloscopista	1	-	-	-	1
Artífice de Manutenção	-	-	1	-	1
Totais	300	90	556	22	968

PROTOCOLO

MOVIMENTO DE PROCESSOS PELAS DIVERSAS DEPENDÊNCIAS DA
INSPETORIA-GERAL DE FINANÇAS

D E N O M I N A Ç Ã O	Saldo Anterior	MOVIMENTO		Saldo que passa
		Entrada	Saída	
Gabinete do Inspector-Geral	2	1.158	1.136	24
Comissão de Coordenação	-	-	-	-
Assessoria de Organização	22	151	142	31
Divisão de Administração Financeira	34	515	467	82
Divisão de Contabilidade	40	776	791	25
Divisão de Auditoria	63	802	777	88
Serviço de Administração	133	1.682	1.478	337
TOTAL	294	5.084	4.791	587

8.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
QUADRO DEMONSTRATIVO DO TRÂMITE DE PAPEIS NO EXERCÍCIO DE 1971

N A T U R E Z A	Recebidos	Expedidos
Ofícios	41	983
Ofícios-Circulares	-	16
Circulares	-	4
Memorandos	41	97
Telegramas	13	207
Telegramas-Circulares	-	5
Processos	1.682	1.478
Representações	-	7
Pontarias	-	338

st

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ESPECIE DE DOCUMENTO	Nº de Documentos Elaborados
Receita arrecadada	72
Despesa realizada - resumos	48
Despesa realizada - execução do Orçamento, conforme os quadros fixados na legislação que rege a matéria	170
Créditos adicionais - ementários de sua abertura	13
Créditos adicionais - demonstrativos de sua execução	24
Movimento de Fundos-Externo - consolidação dos elementos recebidos	3
Fichas de controle das modificações do Orçamento Geral da União	1.300
Fichas de controle da execução orçamentária geral	3.220
Fichas de controle da abertura de créditos adicionais	270
Fichas de controle do movimento de Fundos-Externo	255
Fichas de controle de Liberação de cotas - âmbito geral	20
Quadros de controle da movimentação dos recursos financeiros-âmbito geral ...	88
Quadros de controle da movimentação dos recursos financeiros-âmbito do MF ...	16
Fichas de controle do Cronograma de Desembolso do Ministério da Fazenda	12
Fichas de controle da execução orçamentária do Ministério da Fazenda e dos recursos sob a sua supervisão e do Governo no Distrito Federal	1.831
Relação dos ordenadores da despesa e dos responsáveis por dinheiros, valores e bens públicos	1

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ESPÉCIE DE DOCUMENTO	Recebidos	Expedidos
Quadros demonstrativos da despesa realizada	1.200	
Quadros demonstrativos da receita	528	
Demonstrativos de movimento de fundos-externo	285	
Relações de repasses recebidos - âmbito geral	140	
Relações de repasses concedidos - âmbito geral	141	
Relações de repasses recebidos - âmbito setorial	295	
Relações de repasses concedidos - âmbito setorial	160	
Relações de ordenações de despesa	34	
Processos	616	602
Ofícios	2.326	27
Memorandos	21	40
Telegramas	68	71
Telex	198	348
Pontarias	-	10
Representações	-	41
Fichas destinadas à perfuração de dados	-	898
Quadros da execução orçamentária para perfuração	-	5.248
Relatórios de crítica dos serviços processados por comp. (SERPRO) .	9.062	

f.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

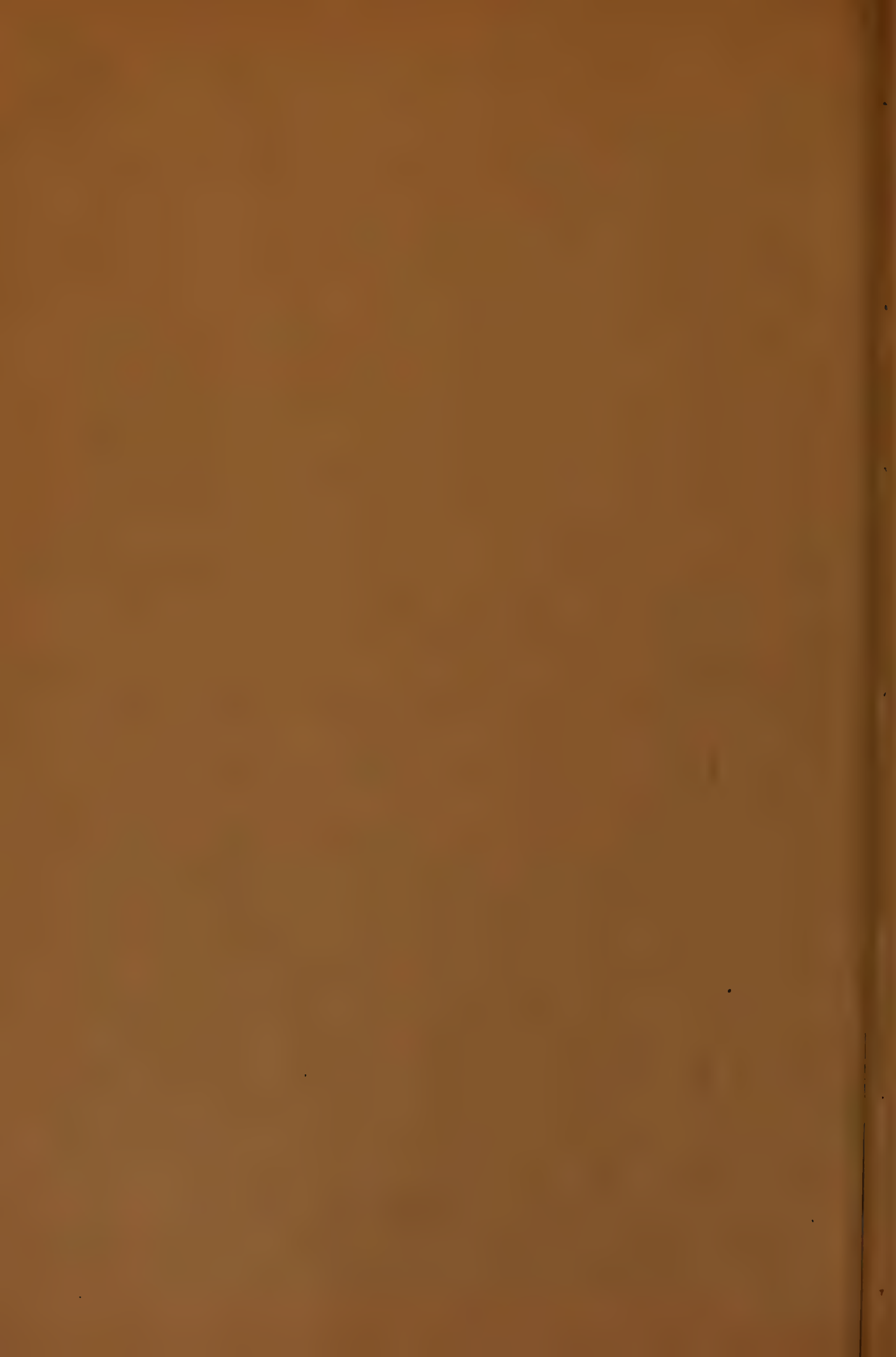
ESPÉCIE DE DOCUMENTO	Recebidos	Expedidos
Relatórios de apurações processados por computador (SERPRO)	20.930	
Notas de empenho (até 30 de outubro de 1971)	19.509	
Notas de anulação de empenhos (até 30 de outubro de 1971)	460	
Diários Oficiais (abertura de créditos adicionais e alterações do orçamento)	267	
Notas de liberação de cotas - âmbito geral	322	
Notas de liberação de cotas - âmbito setorial	65	
Notas de liberação de cotas ao Poder Legislativo	45	
Notas de liberação de cotas ao Poder Judiciário	109	
Avisos de movimentação de recursos financeiros - M.Fazenda	158	
Avisos referentes à liberação de recursos financeiros para atender a restituição de "Depósitos"	259	
Notas de repasses e subrepasses feitos no âmbito do M.Fazenda	828	

4.

DIVISÃO DE AUDITORIA

TOMADA DE CONTAS

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	LEVANTADAS			Certificadas A Certificar	A Certificar
	Saldo Anterior	Exercício 1971	Total		
Caixa Econômica Federal	1	1	2	-	2
Fundo de Instalação das Caixas Econômicas Federais	1	-	1	1	-
Caixas Econômicas Federais	33	27	60	48	12
Adm.do Serviço de Loteria Federal .	1	1	2	-	2
Serviço da Loteria Espontiva	1	1	2	-	2
Serv.Fed. de Processamento de Dados (SERPRO)	1	1	2	-	2
Casa da Moeda	1	1	2	1	1
Superint.Empr.Incorp.Patrim.Nac. .	1	1	2	1	1
Rádio Nacional - Rio	1	1	2	-	2
TV-Rádio Nacional - Brasília	1	1	2	1	1
Com.Exec.do Plano de Recup.Econômico Rural da Lavoura Cacaueira	1	1	2	-	2
Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE)	1	1	2	1	1
Outros	2	-	2	2	-
TOTALS	46	37	83	55	28



DIVISÃO DE AUDITORIA

TOMADA DE CONTAS

INSPETORIAS-SECCIONAIS E CONTADORIA-SECCIONAL NO EXTERIOR - ADMINIST. DIRETA	LEVANTADAS			Certificados	A Certificar (1972)
	Saldo Anterior	Exercício 1971	Total		
Alagoas	17	5	22	17	5
Amazonas	29	6	35	29	6
Bahia	65	8	73	62	11
Ceará	34	6	40	34	6
Distrito Federal	13	8	21	12	9
Espírito Santo	8	6	14	8	6
Goiás	35	5	40	35	5
Guanabara	34	30	64	34	30
Maranhão	28	9	37	28	9
Mato Grosso	26	5	31	26	5
Minas Gerais	122	13	135	118	17
Pará	25	9	34	25	9
Paraná	58	9	67	58	9
Paraíba	20	6	26	20	6
Pernambuco	30	8	38	30	8
Piauí	23	5	28	23	5
Rio de Janeiro	34	10	44	34	10
Rio Grande do Norte	19	8	27	18	9
Rio Grande do Sul	89	12	101	89	12
Santa Catarina	38	6	44	38	6
São Paulo	26	16	42	24	18
Sergipe	17	7	24	17	7
New York	1	1	2	-	2
TOTAIS	791	198	989	779	210

[Handwritten signature]

MOVIMENTO NAS DELEGAÇÕES DA IGFF NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL
E EXTERIOR

Expedientes

1 - Recebidos
2 - Expedidos

UNIDADES	PROCESSOS		OFÍCIOS		MEMORANDOS		TELEGRAMAS		AVISOS DE LANÇAMENTOS	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Alagoas	846	501	91	111	-	-	56	42	6	4
Amazonas	608	459	555	274	-	-	159	152	15	15
Bahia	2.386	1.060	166	422	-	-	75	94	6	7
Ceará	868	786	557	390	-	4	32	43	-	-
Distrito Federal ..	2.506	694	236	186	-	-	117	93	9	8
Espírito Santo	2.531	2.070	40	263	-	-	40	100	6	7
Goias	2.868	2.957	36	219	-	-	59	169	8	8
Guanabara	41.564	24.930	50	228	-	-	20	1	284	113
Maranhão	602	635	382	215	-	33	96	122	8	8
Mato Grosso	1.465	621	170	171	-	-	34	79	-	-
Minas Gerais	13.008	6.713	251	407	-	-	58	132	9	17
Pará	4.187	1.829	91	433	-	3	65	118	12	10
Paraíba	898	896	173	149	-	-	69	113	4	6
Paraná	2.680	1.640	77	228	-	34	47	11	8	8
Pernambuco	3.781	412	236	464	-	-	54	95	11	13
Piauí	2.432	1.376	377	216	-	-	58	85	1	1
Rio de Janeiro	2.275	1.323	126	208	-	-	28	79	7	10
Rio Grande do Norte ..	1.004	1.004	176	137	-	-	10	45	5	4
Rio Grande do Sul ..	12.300	7.879	241	267	-	16	30	159	8	8
Santa Catarina	1.383	1.383	378	319	-	-	84	111	9	8
São Paulo	18.977	9.651	342	499	-	35	6	64	27	38
Sergipe	200	200	78	105	-	-	59	40	1	1
New York	-	-	15	51	-	19	63	61	43	65
TOTAL	119.369	69.019	4.844	5.962	446	457	1.319	2.008	487	359

[Handwritten signature]



DIVISÃO DE CONTABILIDADE

DISCRIMINAÇÃO	Entrada	Saída	Expedição
Processo	776	791	-
Ofícios	-	-	40
Telegramas	-	-	96
Telexogramas	-	-	240
Pontarias	-	-	19
Memorandos	-	-	105
Ordens de Serviço	-	-	1
Representações	-	-	20

Handwritten signature or mark

ASSESSORIA DE ORGANIZAÇÃO

Demonstrativo dos Participantes do Curso de Operador

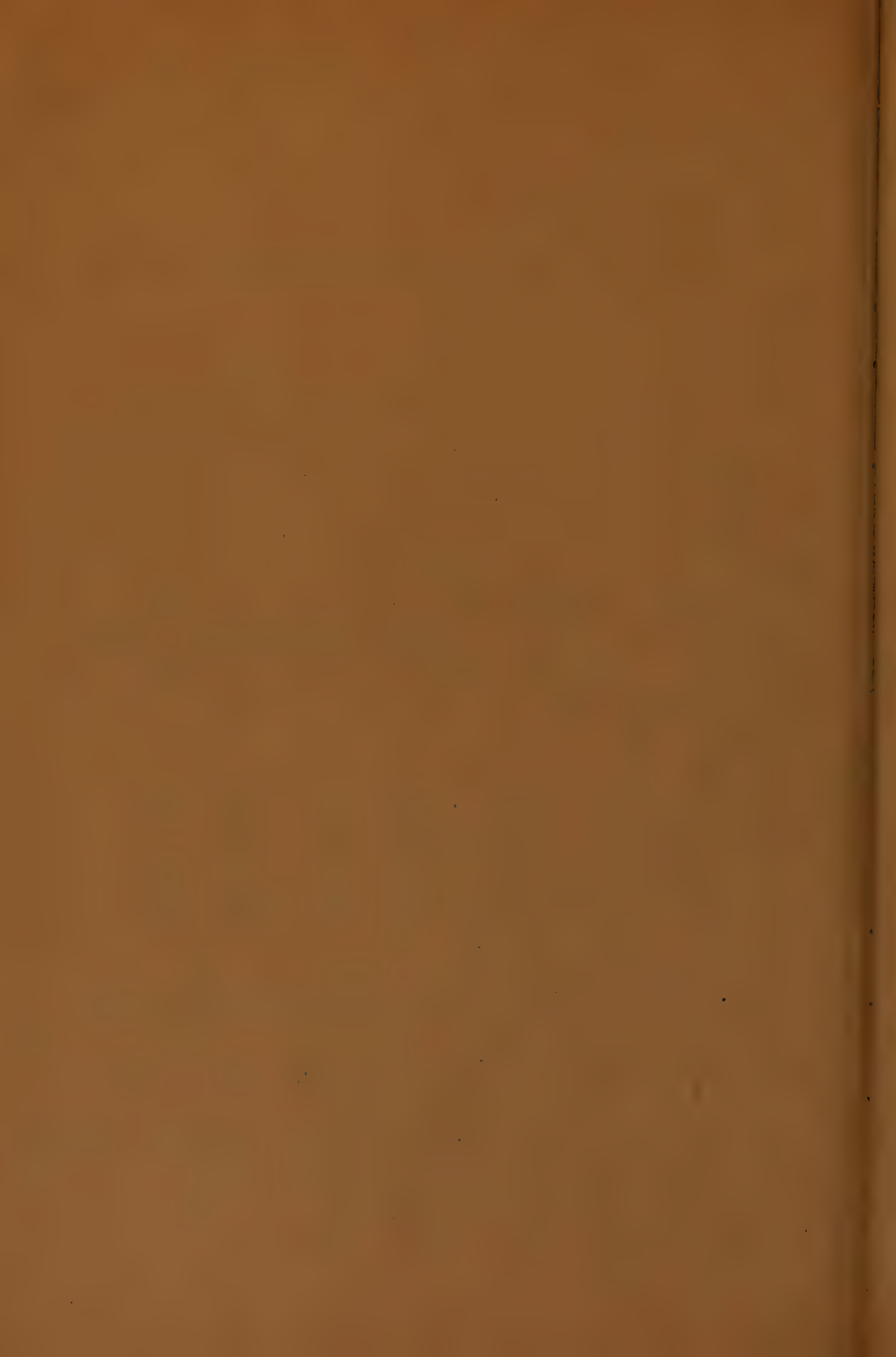
GRUPO	Período	Participantes	TOTAL
		Inspetorias-Seccionais de Finanças	
A	1/2 a 12/2	Guanabara	5
		São Paulo	5
B	8/2 a 19/2	Paraná	4
		Rio Grande do Sul ...	4
		Rio de Janeiro	4
		Santa Catarina	4
C	15/3 a 26/3	Brasília	4
		Bahia	4
		Espírito Santo	4
		Minas Gerais	4
D	29/3 a 09/4	Alagoas	4
		Paraíba	4
		Pernambuco	4
		Sergipe	4
E	12/4 a 23/4	Amazonas	4
		Ceará	4
		Pará	4
		Rio Grande do Norte .	4
F	26/4 a 07/5	Maranhão	4
		Mato Grosso	4
		Piauí	4
		Goiás	4
G	30/8 a 17/9	Divisão Adm.Financeira	6
		TOTAL GERAL	96



ASSESSORIA DE ORGANIZAÇÃO

Demonstrativo dos Participantes do Curso de Assistente

GRUPO	Período	Participantes	TOTAL
		Inspetorias-Seccionais de Finanças	
A	25/1 a 19/2	Guanabara	3
B	25/1 a 19/2	São Paulo	3
		Paraná	2
		Rio Grande do Sul ...	2
		Rio de Janeiro	2
		Santa Catarina	2
C	15/3 a 09/4	Brasília	2
		Bahia	2
		Espírito Santo	2
		Minas Gerais	2
D	15/3 a 09/4	Alagoas	2
		Paraíba	2
		Pernambuco	2
E	12/4 a 07/5	Sergipe	2
		Amazonas	2
		Ceará	2
		Para	2
F	12/4 a 07/5	Rio Grande do Norte .	2
		Maranhão	2
		Mato Grosso	2
		Piauí	2
G	29/8 a 17/9	Goiás	2
		Divisão de Ad.Financ...	7
TOTAL GERAL			53



ASSESSORIA DE ORGANIZAÇÃO

Instalação do Equipamento		Instalação do Equipamento	
ÓRGÃO		DATA	
Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Fazenda		28 de janeiro	
Inspetorias-Seccionais de Finanças			
Alagoas		18 de maio	
Amazonas		6 de setembro	
Bahia		13 de abril	
Brasília		19 de julho	
Ceará		14 de maio	
Espírito Santo		26 de abril	
Goiás		3 de junho	
Guanabara		15 de março	
Maranhão		16 de agosto	
Mato Grosso		25 de junho	
Minas Gerais		6 de maio	
Para		24 de maio	
Paraná		5 de março	
Paraíba		4 de maio	
Pernambuco		26 de abril	
Piauí		24 de junho	
Rio de Janeiro		29 de março	
Rio Grande do Norte		1 de junho	
Rio Grande do Sul		19 de janeiro	
Santa Catarina		27 de maio	
São Paulo		26 de fevereiro	
Sergipe		28 de janeiro	

[Handwritten signature]

ASSESSORIA DE ORGANIZAÇÃO

Implantação do Sistema Despesa

INSPETORIAS-SECCIONAIS DE FINANÇAS

Períodos de Implantação

Alagoas	18 a 21 de maio
Amazonas	27 de setembro a 1 outubro
Bahia	3 a 7 de maio
Brasília	9 a 13 de agosto
Ceará	1 a 4 de junho
Espírito Santo	26 a 29 de abril
Goiás	9 a 11 de junho
Guanabara	1 a 5 de março
Maranhão	19 a 25 de agosto
Mato Grosso	24 de junho a 1 de julho
Minas Gerais	10 a 14 de maio
Pará	27 de maio a 4 de junho
Paraná	19 a 23 de abril
Paraíba	3 a 7 de maio
Pernambuco	26 a 30 de abril
Piauí	24 a 29 de junho
Rio de Janeiro	5 a 9 de abril
Rio Grande do Norte	31 de maio a 4 de junho
Rio Grande do Sul	12 a 16 de abril
Santa Catarina	13 a 17 de setembro
São Paulo	22 a 26 de março
Sergipe	10 a 14 de maio

[Handwritten signature]



ASSESSORIA DE ORGANIZAÇÃO

Implantação do Sistema Receita

INSPETORIAS-SECCIONAIS DE FINANÇAS

Período de Implantação

Alagoas	5 a 9 de julho
Amazonas	6 a 10 de setembro
Bahia	14 a 18 de junho
Brasília	19 a 23 de julho
Ceará	5 a 9 de julho
Espírito Santo	21 a 25 de junho
Goiás	12 a 16 de julho
Guanabara	10 a 14 de maio
Maranhão	30 de agosto a 3 setembro
Mato Grosso	12 a 16 de julho
Minas Gerais	31 de maio a 4 de junho
Pará	28 de junho a 2 de julho
Paraná	31 de maio a 4 de junho
Paraíba	21 a 25 de junho
Pernambuco	7 a 11 de junho
Piauí	12 a 16 de julho
Rio de Janeiro	17 a 21 de maio
Rio Grande do Norte	28 de junho a 2 de julho
Rio Grande do Sul	24 a 28 de maio
Santa Catarina	16 a 20 de agosto
São Paulo (equipe Burroughs)	mês de fevereiro
Sergipe	21 a 25 de junho

